

OS TERENA E OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO EM UMA CONJUNTURA DO REGIME DITATORIAL

VICTOR FERRI MAURO¹

UFMS, BRASIL

<https://orcid.org/0000-0003-1276-4684>

RESUMO: *Através de informações extraídas de obras científicas, reportagens e arquivos, investigamos os Projetos de Desenvolvimento Comunitário empreendidos pela Funai junto ao povo Terena, nos anos 1970 e 1980, que inseriu a agricultura mecanizada nas aldeias. Expectativas, interesses e avaliações dos indígenas que aderiram à proposta são analisados, bem como os resultados alcançados. Conclui-se que o compromisso do governo em garantir a autossuficiência das comunidades não se cumpriu. Os projetos não valorizaram as tradições de plantio dos Terena, que tiveram que se render a novas disciplinas. Após um curto período, as atividades sucumbiram pela redução no repasse de verbas. A dependência econômica e a insegurança alimentar se agravaram, resultando na intensificação das migrações para as cidades e do engajamento dos agricultores em empreitadas em propriedades particulares. Danos socioambientais foram deflagrados, levando os indígenas a buscarem, recentemente, alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis.*

PALAVRAS-CHAVE: *Terena, Projetos agrícolas, Tutela, Funai, Ditadura.*

ABSTRACT: *Using information extracted from scientific works, journalistic reports and archive documents, we investigated the Community Development Projects undertaken by Funai with the Terena people in the 1970s and 1980s, which included the practice of mechanized agriculture in the Community. Expectations, interests, and evaluations of the indigenous people who joined the proposal are analyzed, as well as the results achieved. It is concluded that the government's commitment to guaranteeing the self-sufficiency of communities has not been fulfilled. The projects did not value the planting traditions of the Terena, who had to surrender to new disciplines. After a short period, the activities succumbed due to the reduction in the transfer of funds. Economic dependence and food insecurity have worsened, resulting in the intensification of migration to cities and the engagement of farmers in projects on private properties. Socio-environmental damage was triggered, leading indigenous people to recently seek more sustainable development alternatives.*

KEYWORDS: *Terena, Agricultural projects, Guardianship, Funai, Dictatorship.*

¹ Doutor em História pela UFGD e pós-doutor em Estudos Culturais pela UFMS. Professor Associado da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde coordena o Observatório da Política Indigenista de Estado – OPINE. E-mail: victor.mauro@ufms.br

Considerações iniciais

Apoiado em informações extraídas de obras científicas, reportagens jornalísticas e arquivos documentais, este artigo analisa ações da política indigenista do Estado na conjuntura do decênio final da ditadura civil-militar brasileira aplicadas ao povo Terena, mais especificamente nos mandatos presidenciais dos generais Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo.

Nesse tempo, o governo federal defendia abertamente a integração dos indígenas à comunhão nacional e a emancipação da tutela civil dos indivíduos e grupos considerados mais integrados. A orientação oficial era a de acelerar o ritmo da transformação cultural por meio da implantação nas aldeias dos chamados Projetos de Desenvolvimento Comunitário (PDCs) empreendidos pela Fundação Nacional do Índio (Funai), anunciados como a novidade que resolveria a carência material das comunidades e as tornaria economicamente autônomas com o passar do tempo, rompendo assim um círculo vicioso de dependência paternalista com o órgão tutelar.

Os projetos transcorreram com boa aceitação do público-alvo por alguns anos, mas foram minguando devido ao escasseamento dos aportes financeiros da agência indigenista. Grandes transformações decorreram da adoção do novo sistema de trabalho, o que não significa que os nativos se ajustaram perfeitamente a ele. O plano de emancipação compulsória que o governo arquitetou não seguiu adiante devido à forte reação contrária que o assunto suscitou.

Nos atemos aqui a analisar as expectativas geradas, os impactos produzidos e os resultados alcançados por meio de projetos que a Funai conduziu junto aos Terena nos anos finais da década de 1970 e na primeira metade da década posterior. Nos concentramos também em averiguar as pretensões dos governantes por trás da insistência na questão da emancipação, a receptividade dos indígenas diante dessa proposta e as consequências que ela poderia ter acarretado caso tivesse vingado.

Um evento para o qual voltamos a nossa atenção de maneira especial foi a visita do presidente Geisel na reserva indígena² Taunay-Ipegue, município de Aquidauana/MS, em abril de 1977, com o intuito de anunciar para a opinião pública nacional a linha mestra da nova política indigenista, da qual a experiência dos Terena viria a ser apresentada como projeto piloto, supostamente em sintonia com a ideologia desenvolvimentista apregoada pelo governo. A expectativa era converter os indígenas em empreendedores rurais capitalistas, primeiramente comunitários e, posteriormente, individualizados.

Dentre os autores tomados como referência para tratar do povo Terena estão membros pós-graduados dessa etnia e com vivência dentro das aldeias. Esse é o caso de Celma Francelino Fialho, Claudionor do Carmo Miranda, Elisângela Castedo Maria do Nascimento, Leosmar Antonio, Luiz Henrique Eloy Amado, Paulo Baltazar e Wanderley Dias Cardoso. Outras vozes desse mesmo grupo étnico são consideradas aqui em falas de lideranças influentes nos anos 1970 e 1980, reproduzidas nas obras de referência. Nos processos

² Antes da promulgação da Constituição de 1988, o termo “reserva” era usual para se referir a porções territoriais delimitadas pelo poder público para acomodar populações indígenas de modo exclusivo. Da nova Carta Magna, em diante, a nomenclatura “Terra Indígena” se tornou prevalente na linguagem oficial.

de levantamento de informações e construção da análise teórica, recorreremos também a inúmeros autores não indígenas reconhecidos na academia.

Ao examinar por completo o artigo, o leitor terá clareza de que os projetos implantados nas aldeias terena não obtiveram os resultados que as autoridades governamentais esperavam. Para as comunidades envolvidas não houve melhora significativa e duradoura na qualidade de vida e restaram danos e frustrações. No entanto, os indígenas nunca deixaram de acionar estratégias para resistir às imposições da agência estatal e de barganhar uma maior participação nas decisões sobre as políticas públicas que afetam suas comunidades.

A tradição agricultora dos Terena

O relacionamento estreito com a agricultura estaria no próprio cerne da identidade dessa etnia. Segundo a historiadora Sandra Novais (2021, p. 61),

Os Terena se definem como sendo um povo *íhae poké`e*, isto é, um povo que vive da terra, afirmam que nas aldeias a luta de todos os dias é com o *kavâne*, ou seja, com as roças de onde tiram o alimento para o sustento das suas famílias e das suas crianças. No conjunto das práticas vivenciadas no cotidiano das aldeias Terena, as práticas agrícolas proporcionam ao grupo o sentimento de pertencimento étnico, imprimem ritmo às aldeias, garantem a subsistência das famílias e conferem fator identitário.

Cronistas do Brasil imperial já descreviam os Terena como exímios agricultores, de índole amistosa e colaborativos com a população mato-grossense. Por seguirem mantendo essa fama, famílias terena foram recrutadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), nas décadas iniciais do século XX, para a Reserva Indígena de Dourados (no extremo sul do antigo Mato Grosso) e para o oeste paulista, sob os planos de se juntarem a outras etnias lá residentes e transmitir a elas conhecimentos comparativamente mais sofisticados do manejo agrícola.

Tradicionalmente, os Terena cultivavam roças familiares de pequeno porte, com o uso de técnicas e instrumentos pouco complexos e revezando culturas de alimentos variados. A preparação da terra a ser plantada era feita manualmente com enxada, havendo colaboração de trabalhadores de diferentes famílias em mutirão (Miranda, 2006). A abertura de novas áreas de plantio iniciava costumeiramente no mês de agosto, com a queima da vegetação seca e a posterior retirada dos troncos carbonizados (Fialho, 2010). Fragmentos vegetais eram removidos com machado e foice, tomando-se o cuidado de não destruir espécies comestíveis ou que tivessem aproveitamento medicamentoso ou outro uso cultural importante. Os tocos eram preservados por auxiliarem na manutenção da estabilidade do solo (Antônio, 2016). Depois, seguia-se uma limpeza mais acurada do terreno, etapa em que mulheres e crianças participavam ativamente. Perto de setembro, quando começava a cair as primeiras chuvas e a brotar as flores, era hora de plantar as sementes de abóbora, arroz, banana, batata-doce,

cana-de-açúcar, feijão, mandioca, moranga e outras variedades (Fialho, 2010). Havia uma rotatividade dos locais cultivados no sistema de coivara, respeitando-se o pousio, e a maior parte dos produtos era consumida pela família ou alocado no circuito de trocas em espécie dentro da própria comunidade (Cardoso, 2004).

Conforme ensina o antropólogo e advogado Luiz Eloy Amado (2020, p. 193) sobre as tradições de seu povo,

As roças são os espaços fundamentais para a composição e a reafirmação da identidade Terena. Os espaços destinados à plantação de feijão, abóbora, mandioca e melancia, entre outros, são características marcantes das comunidades. Nos quintais das famílias, existe uma grande variedade de árvores frutíferas (manga, goiaba, maracujá, jabuticaba, cana-de-açúcar, laranja e limão, entre outras), mas também diversas ervas medicinais sempre por perto das habitações. Em algumas famílias, ainda há plantas que possuem valor espiritual, servindo de proteção contra influências negativas.

A engenheira florestal Jessica Pedreira explica que a agricultura tradicional terena se assemelha às iniciativas agroflorestais e agroecológicas contemporâneas por recorrerem a práticas como ciclagens de nutrientes oriundos da vegetação e sucessão natural, respeitando o tempo certo de pousio e realizando o consórcio de gêneros diversos. Por isso, a pesquisadora conclui que o plantio tradicional terena é “de base ecológica e não dependente de insumos sintéticos, além de o componente humano, cultural, estar estreitamente ligado a como estas práticas agrícolas se manifestam”. (Pedreira, 2016, p. 64).

Sobre a disposição espacial tradicional dos roçados terena, o antropólogo Gilberto Azanha (2000, p. 79-80) esclarece que

As roças, em geral, pertencem ao grupo doméstico (que engloba necessariamente mais de uma família elementar e que em geral coincide com o grupo residencial). Via de regra, este grupo é composto por um “chefe” (avô), seus filhos, netos e noras. Devido a dinâmica de sucessão pela linha paterna, os terrenos já desbravados por um grupo tendem a ficar no domínio de irmãos consanguíneos, acentuando a patrilinearidade do sistema de parentesco – e a patrilocalidade da residência pós-matrimonial [...]; por força desta composição, as roças de um mesmo grupo de irmãos se distribuem em áreas contíguas.

O convívio cada vez mais estreito com a sociedade não indígena foi fazendo com que os Terena incorporassem crescentemente bens manufaturados na sua rotina, demandando renda constante para ter acesso a eles. Deste modo, os indígenas foram oferecer-se como mão de obra esporádica fora de suas aldeias. Os homens vieram a trabalhar principalmente como empregados braçais em fazendas (atividade conhecida como “changa”) e as mulheres como domésticas em casas de família. Com

isso, a dedicação à produção agrícola própria, para muitos, foi ficando em segundo plano.

O esbulho das áreas que os Terena ocupavam tradicionalmente começou na Guerra da Tríplice Aliança, ocorrida na década de 1860, quando parte do atual Mato Grosso do Sul foi invadida por tropas paraguaias. Finalizado o conflito, essas terras caíram indevidamente nas mãos de particulares, que contaram com a complacência das autoridades brasileiras para expropriar os indígenas.

Nas décadas iniciais do século XX, os membros da citada etnia conseguiram recuperar uma parcela pequena de seu território tradicional com a demarcação de reservas indígenas no baixo pantanal. O geógrafo Paulo Baltazar e a educadora Celma Fialho registram que o coronel Cândido Rondon criou esses espaços como recompensa pela ajuda que os Terena deram na construção das linhas telegráficas na região. As áreas, porém, já naquele tempo, eram insuficientes para a reprodução cultural dos indígenas em moldes tradicionais, o que os tornou cada vez mais dependentes da assistência do Estado e subordinados à autoridade do Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Os indígenas daquela época teriam aderido à proposta de Rondon, a contragosto, para não ficarem desabrigados (Baltazar; Fialho, 2022).

As cidades e povoados do entorno das reservas experimentaram um crescimento expressivo na primeira metade do século passado, impulsionado pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Com seus territórios entremeados por propriedades rurais particulares e aglomerados urbanos, os indígenas desenvolveram três maneiras de se ajustarem ao convívio cotidiano com a população regional, listadas a seguir pelo antropólogo Carlos Rodrigues Brandão:

- 1) a residência nas aldeias de reserva indígena, onde foram preservadas condições do exercício de uma agricultura rudimentar que, no entanto, a apenas umas poucas famílias proporcionava possibilidades de subsistência autônoma através do trabalho em terras próprias;
- 2) a transferência individual ou familiar para uma das fazendas da região, onde os índios passam da condição de pequenos agricultores autônomos para a de "peões" assalariados na lavoura ou na lida do gado;
- 3) a mudança igualmente pessoal ou familiar para a periferia das cidades próximas, com preferências por Campo Grande e Aquidauana, onde o índio muda não só de local de residência, como também de tipo de aplicação de sua força de trabalho, tornando-se um empregado urbano na maior parte dos casos (BRANDÃO, 1986, p. 60-61).

Com o avanço dos anos, a dependência da renda monetária foi se acentuando e as famílias enfrentavam dificuldades em se manter somente com o que produziam em suas terras. Para piorar, o pagamento pelo trabalho rural indígena era aviltado pelos contratantes (Brandão, 1986).

Pelas estimativas de lideranças Terena, em meados de 1975, noventa por cento dos agricultores da aldeia Bananal trabalhavam como diaristas fora

da reserva em tempo parcial. O próprio posto da Funai intermediava os contratos firmados com terceiros (CIMI, 1975).

Preocupada em amenizar a dependência externa e conter o êxodo das reservas, a Funai propôs inserir ali projetos comunitários baseados na monocultura de grãos usando maquinário moderno e implementos industrializados. Essa era uma política que a fundação planejava aplicar a todos os povos indígenas brasileiros mais integrados. Era um tempo em que o governo e o grande empresariado apostavam na chamada “Revolução Verde” avançando pelo interior do país.

O Brasil estava submetido a um regime ditatorial desde 1964, que duraria até 1985. Os presidentes da República que se sucederam nesse período eram militares de alta patente das forças armadas. Em via de regra, os presidentes e diretores da Funai tinham origem institucional semelhante e a mesma visão de mundo hierárquica e centralizadora. Especialmente nos mandatos de Geisel e Figueiredo, entre 1974 e 1985, o envolvimento de comunidades indígenas com o plantio voltado para abastecer os mercados regionais, em detrimento da produção para a subsistência, foi fortemente estimulado.

Nos PDCs que a Funai operava, os moradores locais eram incentivados a semear os gêneros agrícolas mais comumente plantados por empreendedores particulares dos arredores. Os gestores da política indigenista planejavam fazer com que os indígenas substituíssem seus métodos tradicionais de produção e incorporassem uma mentalidade capitalista. O novo receituário do desenvolvimento sugeria a intensificação da exploração dos territórios e das riquezas naturais contidas neles, a monetarização das relações econômicas e o incremento do potencial dos indígenas como consumidores de bens industrializados (Silva, 2021).

Depois de visitar a reserva Taunay-Ipegue em setembro de 1976, o então presidente da Funai, general Ismarth de Araújo Oliveira, se disse convencido da necessidade de introduzir nas comunidades terena um PDC para que esses indígenas pudessem atingir a condição de emancipados (Brasil, 1976). Em outra ocasião, cerca de um ano depois, esse dirigente comentou que o propósito maior desse tipo de projeto era “o de despertar no índio a confiança em si mesmo e dar-lhe condições de sobrevivência humana e digna”. (Oliveira, I., 1978, p. 337).

Já no início de 1977, a agência estatal tinha uma proposta formalizada de ação a ser aplicada, cuja redação considerava que o povo Terena possuía vários membros com alto nível de instrução e vinha modificando a mentalidade coletiva ao incorporar aspirações inovadoras. Conforme o documento, o objetivo de curto prazo seria ampliar a produção de alimentos “com vistas à aquisição de maquinaria e implementos que capacitem a comunidade a voltar-se também para os tipos de atividades rentáveis que lhes proporcionem um maior conhecimento tecnológico e bem-estar social” (Brasil, 1977, p. 14).

Os governos militares e a problemática da emancipação

Governantes e gestores da política indigenista da época entendiam que a assistência que o Estado estendia aos povos originários era dispendiosa e inibia o aproveitamento eficaz das riquezas de seus territórios pela iniciativa privada. Havia um plano de suprimir gradualmente o aporte de recursos públicos para esses grupos e revogar o caráter inalienável das áreas por eles ocupadas, de modo a facilitar a absorção delas ao mercado de terras.

A legislação brasileira concebia os indígenas como relativamente incapazes frente às responsabilidades da vida civil e estipulava a sua tutela a ser administrada pela agência indigenista estatal, a quem competia a sua assistência social e jurídica e a proteção de seu patrimônio. O Estatuto do Índio (Lei nº 6.001), de 1973, asseverava em seu artigo oitavo a nulidade dos atos firmados entre um indígena não integrado e uma pessoa não indígena quando não assistida pelo tutor. Por outro lado, o parágrafo único do mesmo artigo estipula que tal norma não se consagra “no caso em que o índio revele consciência e conhecimento do ato praticado, desde que não lhe seja prejudicial, e da extensão dos seus efeitos” (Brasil, 1973).

Na interpretação do antropólogo Silvio Coelho dos Santos, à parte tutora idealmente competiria a defesa contumaz dos interesses dos tutelados, respeitando-se a sua liberdade de expressão e os seus padrões organizacionais. Seria uma impropriedade, portanto, o órgão atuar como mediador de qualquer assunto que contradissesse à vontade manifesta dos indígenas (Santos, 1981). Para a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, se interpretada corretamente, a tutela não obstava aos indígenas o exercício de direitos como votar e se candidatar a cargo eletivo, possuir propriedade, gerir negócios próprios, atuar no gerenciamento do patrimônio indígena, organizar associações e se fazer representar diretamente através de advogados. Contudo, na prática, o Estado utilizava a tutela como mecanismo de coação e cerceamento de liberdades individuais e coletivas (Cunha, 1987).

O regime tutelar era compreendido por alguns agentes do Estado como um dispositivo que autorizava ingerências na organização interna das sociedades tuteladas. A Funai monopolizava as decisões acerca de todas as ações aplicadas às comunidades, recompensava comportamentos individuais que convergiam com seus interesses e repreendia atitudes contestatórias (Lacerda, 2009). Aos indígenas não era dada autonomia ampla, por exemplo, para estabelecer conexões com organizações não governamentais para desenvolver parcerias.

O Estatuto, em seu artigo primeiro, definia como uma das metas da política indigenista integrar os indígenas “progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional” (Brasil, 1973). Essa lei previa condições para que pessoas indígenas solicitassem em juízo a cessação da tutela. Para tanto, teriam que ser maiores de 21 anos, conhecedoras do idioma oficial do país, compreenderem razoavelmente os costumes da sociedade envolvente e estarem capacitadas para exercer atividade laboral. Essa lei comportava a possibilidade de um povo em seu todo obter a emancipação através de um decreto presidencial. Mas, antes, a maior parte dos integrantes da comunidade interessada teria que requisitar formalmente a liberação e, além

disso, a plena integração à comunhão nacional teria que ser atestada em um inquérito conduzido por técnicos do órgão tutor.

No fim da década de 1970, um número considerável de indígenas brasileiros possuía os predicados necessários para pleitear a emancipação, no entanto, não o fazia. Isso inquietava as autoridades do Estado, ávidas por se livrarem da responsabilidade pela assistência.

Em outubro de 1976, o ministro do Interior, Maurício Rangel Reis, externou a intenção de alterar a legislação para permitir a extinção da tutela por ato da magistratura que não dependesse da solicitação dos indivíduos afetados. Admitiu que a política indigenista seria frustrada se até o término do mandato de Geisel não conseguisse emancipar ao menos algumas comunidades (Rangel [...], 1976).

Desde o ano anterior, o ministro vinha especulando a adoção de um novo tipo de tutela, inspirada na assistência que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) oferecia aos camponeses assentados, fornecendo assistência técnica e remuneração mensal (Lacerda, 2009). Para ele, o excesso de paternalismo desencorajava os indígenas a se emanciparem por medo de perderem privilégios. O ministro entendia que, para resolver o problema, seria preciso ensinar “um processo de esclarecimento gradativo, a fim de que se desperte uma consciência de independência, uma consciência nova de que eles são capazes de agir por conta própria” (Reis, 1978, p. 373). Como exemplo de povos que estariam em condições de serem emancipados citou os Terena e alegou que “com a emancipação não cessaria o apoio do Ministério do Interior, que seria dado em forma de assistência técnica aos índios, os quais se organizariam em cooperativas ou outro sistema qualquer apoiado em projetos econômicos” (Rangel, [...] 1976, p. 25).

O presidente da Funai concordava com essa opinião, apenas discordando do seu superior hierárquico por achar que o processo de integração demandava um tempo maior para se completar. Em certa ocasião, Ismarth expôs o pensamento de que o subsídio oficial deveria ser suprimido paulatinamente até que as comunidades se sustentassem sozinhas (Oliveira, I., 1978). A tendência, segundo o presidente da agência, seria

[...] reduzir cada vez mais as necessidades de dotação orçamentária, seja através da exploração do patrimônio indígena, que hoje a FUNAI está explorando e amanhã será o índio, seja através de financiamentos que o índio vai conseguindo para seus projetos, que a FUNAI está dando empurrão para começar. Então, acredito que daqui a alguns anos os recursos orçamentários, ao invés de aumentarem, tenderão a diminuir (OLIVEIRA, I., 1978, p. 351).

O antropólogo Roque Laraia considerava, já naquela época, povos como os Terena integrados, por compreender a noção de integração como uma participação ativa dos membros da etnia na sociedade envolvente, ocorrendo sim a apropriação de vários padrões culturais, técnicas e recursos tecnológicos da mesma, porém, com a conservação de elementos da tradição indígena considerados fundamentais, não havendo abandono da lealdade étnica original. Esses povos, todavia, não estariam “assimilados” à nação

brasileira, uma vez que o conceito de assimilação remete à “uma total incorporação do grupo tribal à sociedade nacional, com a adoção de grande parte dos costumes e práticas tecnológicas desta, com a perda quase total de sua peculiaridade cultural e, principalmente, de sua identidade étnica” (Laraia, 1976, p. 173).

Santos concluiu que o processo de integração gradual e pacífico, tal como preconizado em lei, deveria resultar “não numa assimilação, mas em acomodação entre grupos articulados, como subsistemas, no interior de um sistema nacional mais amplo e caracterizado pela multiplicidade étnica, social e cultural” (Santos, 1981, p. 163).

Os mandatários federais, contudo, pareciam interpretar a integração erroneamente como sinônimo de absorção pela sociedade envolvente, e preconizavam que ela se desse rapidamente, de preferência. Pensada nesses termos, a condição indígena seria efêmera e transitória.

Antecedentes da passagem de Geisel pela reserva indígena

A opção por Taunay-Ipegue como palco da visita de Geisel foi algo bem calculado. A assessoria do presidente via o episódio como uma oportunidade para repercutir positivamente na opinião pública os planos integracionistas da política indigenista. Alardeou-se a expectativa de que a experiência com os Terena conduziria ao incremento quantitativo da produtividade e da renda comunitária e individual. Apostava-se que esses ganhos dispensariam a necessidade de aumentar consideravelmente as dimensões das terras dos indígenas, que era e continua sendo a reivindicação maior destes.

Pouco antes da implantação dos novos projetos, servidores da Funai registraram a existência naquela reserva de um rebanho de aproximadamente setecentos bovinos e cerca de duzentos hectares de produção de arroz, banana, cana, feijão, mandioca e milho dos próprios indígenas. Estes, todavia, se queixavam da falta de um espaço adequado para estocar as colheitas e de um caminhão para transportar os alimentos até os mercados. Lamentavam também a inexistência de uma política de valores mínimos para evitar o aviltamento do produto na hora da venda (Brasil, 1977).

Essa produção era basicamente para o consumo próprio das famílias indígenas. E, ainda assim, insuficiente.

Um mês antes da passagem da comitiva presidencial pela aldeia, o ministro do Interior foi explícito quanto ao seu propósito de emancipar os Terena e elegê-los como um modelo de política desenvolvimentista a ser seguido pelos demais povos (Rangel [...], 1977). Reis costumava citar alguns indivíduos como referência de indígenas que, em sua opinião, estariam em condições de serem emancipados. Constantemente, mencionava o nome de Jair de Oliveira, Terena que desde 1966 ocupava uma cadeira de vereador em Aquidauana pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), agremiação partidária aliada dos militares.

Em julho de 1976, o vereador havia oficiado ao presidente da Funai o pedido de uma avaliação da viabilidade de estender a rede elétrica até a escola da aldeia Bananal, onde funcionava uma turma de alfabetização de

adultos. Nesse período, desenvolveu uma boa interlocução com Ismarth, a ponto de ter sido recebido por ele em Brasília em setembro, onde foi reivindicar, dentre outras coisas, a construção no centro de Aquidauana de uma hospedaria para indígenas em tratamento médico e que estivessem em trânsito pela cidade para vender artesanato e alimentos (Concluída [...], 1976). Entusiasta da agricultura moderna, Jair requereu à fundação, em novembro do mesmo ano, a aquisição de maquinário para operar nas aldeias (Terena [...], 1976).

Essas iniciativas mostram que Jair se empenhava na modernização da infraestrutura das reservas indígenas e contava com a adesão das lideranças das comunidades para tal.

O montante de famílias terena vivendo no meio urbano ou em fazendas alheias naquela época já era numeroso. A agência indigenista calculava que, em 1977, a população terena absoluta seria de mais ou menos onze mil indivíduos, dos quais cerca de quatro mil moravam fora das reservas (Brasil, 1977). A antropóloga Yara Penteado mostra uma evolução significativa da migração dos Terena para o meio urbano, tendo aumentado a mobilidade em direção a Campo Grande em trezentos e oitenta por cento, e para Aquidauana e Anastácio em duzentos e oitenta por cento, no intervalo dos anos 1973 a 1978, na comparação com o período de 1960 a 1973 (Penteado, 1980).

A perspectiva de conseguir algum emprego assalariado, menos desgastante que as lidas rurais e coberto por garantias trabalhistas estava entre os principais fatores que seduziam os Terena a migrarem para a cidade. Da parte de muitos, havia expectativas de conseguir matricular os filhos em escolas mais estruturadas e, para os jovens do sexo masculino, a esperança de servir ao quartel.

Em janeiro de 1977, começaram as obras com recursos da União em Taunay-Ipegue para reparar estradas de terra, construir um campo de pouso, instalar um ramal de energia, escavar poços artesianos, pintar prédios públicos, podar o mato e colocar equipamentos de iluminação (Os investimentos [...], 1977). Tudo feito às pressas para embelezar o cenário que iria recepcionar Geisel.

Verbas para a construção de poços também nas reservas de Cachoeirinha e Limão Verde haviam sido autorizadas em julho de 1976 (Funai [...], 1976). Mas as mazelas das comunidades terena estavam longe de serem resolvidas, a ponto de lideranças de outras reservas proclamarem na imprensa sua insatisfação com o descaso da Funai e reclamarem de problemas como a indisponibilidade de remédios nas enfermarias, a inexistência de rede de energia elétrica e a falta de um apoio consistente para as atividades agrícolas (Os investimentos [...], 1977).

Diante do assédio da imprensa, líderes terena deixavam transparecer uma esperança no desenvolvimento futuro da comunidade, mas não escondiam certa suspeição em relação às pretensões do governo por trás do projeto que chegava. A inquietação principal advinha do fato da mídia estar falando sobre a cogitação da extinção da tutela e os indígenas não estarem devidamente esclarecidos do assunto e nem sabendo das possíveis consequências provocadas por essa medida. Muito se especulava acerca disso. Entidades de apoio à causa indígena, como o Conselho Indigenista

Missionário (CIMI), conjecturavam que alterações na legislação que eram cotadas pretendiam individualizar o regime de propriedade territorial para os indígenas a serem emancipados, de forma a permiti-los vender ou arrendar as glebas que herdassem caso desejassem. Isso minaria a posse coletiva da terra, sistema que sempre vigorou.

Munidos de informações buscadas junto a entidades civis, as lideranças de Taunay-Ipegue fizeram uma reunião comunitária para discutir o assunto no dia 12 de março de 1977. A assembleia culminou na assinatura de um manifesto pelos capitães das quatro aldeias locais: Tibúrcio Francisco (de Bananal), Reginaldo Miguel (de Lagoinha), Paulo Farias (de Água Branca) e Justo Vicente (de Ipegue). O documento expressava o consenso da comunidade pela vontade de se integrar, no entanto, recusava a emancipação tutelar por entender que os Terena ainda não estariam prontos para tal, já que apenas naquele momento estariam obtendo do Estado subsídios para o seu progresso econômico. Em vistas disso, requeriam a manutenção da assistência oficial por mais algum tempo e pleiteavam de imediato o fornecimento de equipamentos (como caminhão, trator e beneficiadora de arroz) e a instalação de benfeitorias - como destilaria caseira e oficinas de fabricação de farináceos (Terenas [...], 1977).

O vereador Jair bradava que nunca passou pela sua cabeça a ideia de pedir a emancipação porque não via sentido nisso, afinal teria galgado ascensão social por mérito próprio, sem nunca ter dependido da Funai. Ele considerava que os indígenas de sua região eram de fato integrados, porque tinham um bom entrosamento com o mundo do branco e se sentiam livres para participar de várias atividades na sociedade regional. No entanto, entendia que eles não desejavam se emancipar, porque isso culminaria na suspensão da assistência diferenciada conferida pela fundação (Oliveira, J., 1978).

Quando o ministro do Interior e o presidente da Funai regressaram à área indígena, no dia 27 de março, para conferir os preparativos que antecederiam a visita do chefe de Estado, receberam cópias do manifesto. Na ocasião, Rangel negou que o governo estivesse cogitando alguma data determinada para revogar a tutela e garantiu que o processo de emancipação transcorreria em longo prazo. Até lá, os indígenas continuariam contando com o apoio da Funai. O ministro rechaçou a possibilidade de autorizar que as terras indígenas passassem a ser de domínio individual e pudessem ser transacionadas. (Terenas [...], 1977). Veremos que tal promessa seria contrariada por ele pouco tempo depois.

A passagem de Geisel por Taunay-Ipegue poderia ter sido mais emblemática se ocorresse no dia 19 de abril, quando se comemora nacionalmente o Dia do Índio e os Terena tradicionalmente organizam festas. Outro compromisso deve ter sido priorizado nessa data pelo presidente. Naquele dia, Ismarth esteve no oeste paulista inspecionando algumas aldeias em que viviam indígenas Terena, Kaingang e Guarani cuja situação social e econômica também era preocupante. O jornal *O Estado de São Paulo* informava que nas reservas de Araribá, Icatu e Vanuíre

[...] as terras estão praticamente abandonadas e os únicos projetos econômicos tentados pela Funai praticamente

fracassaram: a sericicultura, introduzida há alguns anos no posto Araribá, situada na principal região criadora do bicho-da-seda, só é praticada por alguns e ainda assim de forma rudimentar. A falta de uma assistência eficiente por parte da Funai impede o índio de desenvolver essa atividade (ISMARTH [...], 1977, p. 24).

Os moradores dessas áreas reclamavam da falta de sementes, ferramentas e implementos para a agricultura. Em Araribá, o lavourista Tibúrcio Manoel Sobrinho era uma das vozes que cobrava do órgão indigenista a compra de um trator para desenvolver o plantio (Ismarth [...], 1977).

A visita do presidente

Geisel esteve em Taunay-Ipegue em 28 de abril de 1977. Interagiu com um público estimado de quatro mil espectadores. Seu avião aterrisou na aldeia pouco antes das onze da manhã. Na comitiva estavam Rangel Reis, o ministro da Agricultura, o governador de Mato Grosso, um senador e um deputado federal do Estado. Depois de serem cumprimentadas pelos capitães das aldeias, as autoridades subiram em um palanque armado em frente à escola. O hino brasileiro tocou e todos cantaram em coro, enquanto crianças terena agitavam bandeirinhas da República que foram distribuídas. Depois, o Chefe de Estado e os ministros foram presenteados com objetos confeccionados por artesãos locais e um pequeno grupo de terenas matriculados em instituições de ensino superior e egressos destas foram apresentados com pompa (Do Carmo, 1977).

Naquela época eram raros os brasileiros que tinham a oportunidade de fazer uma faculdade. Para os indígenas esse poderia ser considerado um grande privilégio. Os Terena se sentiam lisonjeados por terem patrícios seus em posição de destaque no mundo dos brancos.

O capitão Tibúrcio fez questão de discursar na língua materna. A cada pausa em sua fala, Jair ia traduzindo para o idioma oficial brasileiro. O chefe tribal agradeceu efusivamente o presidente pela visita e pelas melhorias que o governo estava fazendo chegar à comunidade (Em Taunay, 1977).

Para Tibúrcio era importante performar bem naquela ocasião, afinal seu status junto a seus liderados dependia da articulação com gestores públicos e líderes de expressão na política institucional a fim de angariar vantagens em favor da comunidade. Ele falava bem o português, tal como a maioria dos indígenas que ali estavam, mas, para eles, o pronunciamento no idioma nativo era uma forma de marcar posição e de demonstrar que faziam questão de conservar a identidade e a cultura ancestral.

Ao discursar, Jair anunciou ser uma honra para a sua etnia estar recepcionando o ilustre visitante, confirmou ter ciência da intenção do governo de proporcionar a integração gradual e coesa dos indígenas no universo do branco (Geisel [...], 1977) e disse ser um desejo dos Terena, depois de integrados, atuarem em prol do desenvolvimento do país, vindo a

competir de modo equiparado com os não índios na esfera econômica (Lontra, 1977).

Sabia ele, no entanto, que esse momento ainda não tinha chegado, já que poucos dias antes, havia confessado a uma repórter que, caso a emancipação ocorresse de imediato, pegaria os indígenas despreparados e os lançaria na miséria (Costa, 1977). Em momento posterior, passados alguns meses, Jair admitiu que acatou a opinião dos membros de seu povo sobre a retirada da tutela por concordar que os demais não estariam tão bem integrados à sociedade envolvente como ele próprio. Por isso, foi signatário de um manifesto coletivo afirmando que “se o Governo não tivesse como dar uma intensa atividade de assistência agrícola mecanizada em nosso meio, o índio não estava em condições, naquele momento, de aceitar a emancipação” (Oliveira, J., 1978, p. 171).

Sabia-se que Jair tinha pretensões eleitorais maiores. Desse modo, compartilhar espaço no palanque com o presidente da República em uma cerimônia na qual se alardeava a chegada de benfeitorias era, sem dúvida, algo que fortalecia o seu capital político diante de sua base. Para o general, a recepção calorosa mediada por um correligionário indígena de prestígio certamente o deixava mais confortável. Nesse contexto, a aliança era vantajosa para os dois políticos.

Um irmão mais novo de Jair, chamado Joel, era estudante de economia na capital sul-mato-grossense e trabalhava na Funai. Recentemente havia sido nomeado como delegado regional da autarquia. Nessa conjuntura, a família Oliveira estava fortalecida politicamente, atuando como mediadora privilegiada. Entretanto, seu grupo político não gozava de apoio consensual nem mesmo na sua aldeia de origem, muito menos no conjunto da etnia. Um forte reduto de oposição estava se articulando, formado por lideranças como Domingos Veríssimo Marcos, Modesto Pereira e Reginaldo Miguel, contando com apoio de dirigentes locais do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição ao regime (Baltazar, 2022). Tal como o vereador, estes líderes haviam passado longos anos de suas vidas na cidade. Depois retornaram para as aldeias, com família formada, e passaram a trabalhar com lavoura. Eles também eram entusiastas da mecanização.

Quando chegou sua vez de falar, Geisel emendou um pronunciamento de poucos minutos, ressaltando que em três anos de exercício do mandato era a primeira vez que ele pisava em uma aldeia indígena e admitindo que os povos originários enfrentavam enormes dificuldades. Na sequência, explicou que o objetivo de sua visita era averiguar de perto a situação dos Terena para verificar o que seria possível empreender para ajudá-los de acordo com os escassos recursos que o governo dispunha. Em seguida, o presidente da Funai passou a discursar exaltando os feitos de sua gestão (Em Taunay [...], 1977). Nesse dia as autoridades sequer tocaram no assunto da emancipação (Lontra, 1977), certamente para escapar de eventuais constrangimentos que um embate de ideias poderia trazer. O clima festivo foi a tônica da cena pública do evento.

Do alto do palanque, o presidente contemplou apresentações de danças da tradição terena. A principal delas é chamada de *kohixoti kipahé*, na qual os homens performam ao som do tambor e do pífano, batendo varas de taquara umas contra as outras para marcar o ritmo, paramentados com

saiotes e cocares de penas de ema, com o dorso desnudo e pintado. Segundo Carvalho (2008), os Terena costumam a fazer demonstrações dessa dança frequentemente no Dia do Índio e também em diversas outras solenidades, por circunstância de alguma visita ilustre, ou em reuniões de lideranças indígenas nas cidades próximas.

As demonstrações de patriotismo através do hasteamento da bandeira, do canto do hino e de outros gestos não eram artificiais da parte dos indígenas. Eram coerentes com um sentimento genuíno gestado há séculos e que é mantido lado a lado com o orgulho de seu pertencimento étnico.

Ainda no palanque, o dirigente máximo do país recebeu do presidente da câmara municipal o título de cidadão aquidauanense. A redação da proposta de outorga, aprovada por unanimidade naquela casa de leis, dizia que o político condecorado “agora volta o seu pensamento para o índio da nossa região, procurando elevá-lo à categoria de emancipado, aprimorando num arrojado projeto de apoio tecnológico à agricultura de que tanto necessitam” (Câmara Municipal de Aquidauana, 1977, p. 1).

Encerrada a solenidade, o presidente teve um breve encontro reservado com autoridades e líderes indígenas dentro da escola para conversar sobre os trabalhos que a Funai estava implantando na reserva. Depois almoçou, visitou a enfermaria do posto Taunay e deu uma volta rápida de automóvel para conferir as lavouras do projeto. Antes das catorze horas embarcou em um jato com destino a Campo Grande, onde se reuniu com representantes do setor agropecuário antes de voltar para Brasília (Do Carmo, 1977).

O governante não permaneceu mais de três horas com os Terena, tempo demasiado célere para circular *in loco*, dialogar com as pessoas e se inteirar da situação. Depois desse dia, nunca mais retornou.

Parte dos indígenas não se empolgou com o que escutou das autoridades. Alguns deles mal conseguiam disfarçar seu desapontamento com o pronunciamento cauteloso da Funai e com a ausência do anúncio de medidas para resolver de pronto os problemas que afligiam as comunidades. Decepcionado, Modesto Pereira desabafou: “Foi como se tirassem uma pedra daqui e recolocassem no mesmo lugar” (Do Carmo, 1977, p. 16).

A fala desse líder parecia espelhar o ceticismo de alguém que estava acostumado a lidar com as promessas ilusórias dos políticos profissionais. Na cena nacional, todavia, a solenidade foi divulgada como um acontecimento de alto valor simbólico para promoção da imagem de Geisel como benfeitor dos povos originários. Filmagens do evento circularam na publicidade institucional.

A cobertura da grande imprensa foi lisonjeira ao governo, o que era corriqueiro nos tempos repressivos da ditadura. O jornal *O Globo* divulgou que “A presença de Geisel na festa dos terenas é, pelo menos, sinal de que há hoje no Governo a disposição de, indo ao encontro do índio e de suas reivindicações, encontrar nesses meandros um caminho certo e justo”. (Ao encontro [...], 1977, p. 2).

Quando encerrado o cerimonial, os chefes de dez diferentes aldeias entregaram para Ismarth uma carta para ser repassada a Geisel em que constavam demandas por investimentos em mais projetos agrícolas, veículos e equipamentos para produzir e transportar a safra, infraestrutura sanitária, eletrificação, melhoras na qualidade da assistência em saúde e educação,

contratação de professores, compra de veículo escolar e de ambulâncias, instalação de ambulatórios e abertura de novas escolas. (Índios [...], 1977).

Um jovem terena de 25 anos, morador da aldeia Moreira, em Miranda, e vereador daquela cidade (também pelo Arena), chamado Isaías Amorim Ferreira, entregou diretamente ao presidente da República uma missiva em que pedia para a sua comunidade caixa d'água, energia elétrica e mais constância no atendimento médico. O parlamentar alegava ter feito os mesmos pedidos à Funai anteriormente sem que providências fossem tomadas (Três mil [...], 1977).

O tratamento cordial conferido ao mandatário da nação seguia o protocolo terena de diplomacia no modo de agir. As lideranças não deixaram de apresentar os seus pleitos formal e informalmente, porém, o faziam com polidez, tentando angariar a simpatia das autoridades para com a sua causa. Evitavam constrangê-las em público com cobranças incisivas e críticas contundentes, sem, no entanto, caírem no conformismo e na bajulação.

A intensificação do debate sobre emancipação

Em fevereiro de 1978, o governo colocaria o assunto da emancipação novamente na pauta. O ministro do Interior alardeou que o presidente da República iria sancionar nos próximos dias um decreto para remover a tutela de vários indígenas. Afirmou que os Terena seriam emancipados coletivamente, como um caso exemplar. A Funai ficaria então desincumbida de assistir a esse grupo. Os integrantes das sociedades emancipadas, caso praticassem a agricultura, seriam contemplados com o recebimento de escrituras de propriedade de partes das terras antes coletivas, tendo o direito de vendê-las após uma década e passariam a receber assistência técnica do Incra. O mesmo direito não alcançaria os indígenas que migraram para a cidade. Estes ficariam sem terra nenhuma (Geisel [...], 1978).

Nessa declaração o ministro nitidamente descumpriu uma promessa feita em março do ano anterior, quando esteve com o presidente da Funai na aldeia Bananal.

Reis não descartava nem mesmo a possibilidade de rever no futuro as dimensões de algumas terras indígenas já homologadas para diminuir o seu perímetro, caso técnicos do governo entendessem que as comunidades em posse não teriam condições de desenvolvê-las com empreendimentos comerciais. No caso dos Terena, contudo, reconheceu que as terras que eles já possuíam seriam insuficientes para a sobrevivência adequada do grupo caso o mesmo fosse emancipado e anunciou a intenção de comprar uma fazenda na região do Pantanal para ampliar suas terras (Reis, 1978).

Tal solução aventada pelo ministro não satisfazia os Terena, que sequer foram consultados.

Forçando a barra sobre o tema da emancipação, a Funai organizou na capital federal, em setembro de 1978, um seminário no qual submeteu à avaliação de antropólogos e indigenistas uma minuta contendo uma proposta de reforma de cláusulas do Estatuto do Índio que diziam respeito à tutela. De modo unânime, os especialistas convocados refutaram a proposição e exortaram o governo a priorizar a regularização dos territórios

indígenas pendentes, pois o prazo normativo de cinco anos a partir da promulgação da Lei 6.001 estava prestes a expirar no final daquele ano.³

Poucos meses antes, antropólogos de várias instituições redigiram um memorial contra a emancipação. Um trecho desse documento acusava o Estado de pretender abandonar os povos originários. O manifesto concluía que “Sem a demarcação das terras, sem assistência educacional, sanitária e aos projetos de desenvolvimento comunitário, a emancipação redundará fatalmente no desaparecimento de vários grupos tribais” (SBPC, 1978, p. 735).

Em um pronunciamento público em novembro de 1978, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira negou categoricamente que todo o povo Terena tivesse condições de competir de maneira paritária com a sociedade branca, pois, exceto um ou outro caso, como o do vereador Jair, os indígenas sofriam um severo preconceito, sendo estigmatizados como “bugres” na região em que moravam (Cardoso de Oliveira, 1979). Além do mais, segundo esse estudioso,

[...] a chamada capacidade empresarial dos Terena (considerada como um dos indicadores mais expressivos para sua emancipação) está presente num número reduzidíssimo de indivíduos. Se é verdade que há pequenos empresários indígenas, com suficiente iniciativa para se utilizar - ainda que com variável eficiência - das regras do jogo económico imperante na sociedade regional alienígena, há uma imensa maioria cuja única chance - se emancipada - será atrelar-se às camadas menos favorecidas da sociedade nacional. Uma emancipação nessas circunstâncias representaria a institucionalização de uma estratificação social altamente lesiva aos interesses indígenas, uma vez que seria uma cunha a mais a dividir, e por suposto, desorganizar a vida tribal (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1979, p. 57-58).

Joel de Oliveira, enquanto delegado da Funai, criticou publicamente a maneira com que o governo estava tratando do tema da tutela. Na sua percepção, décadas precisariam ser transcorridas até o ponto em que os indígenas alcançariam a capacidade de competir *pari passu* com os não índios no mercado de trabalho. Enquanto isso, eles teriam que contar com o apoio governamental para proteger suas tradições culturais e para resguardar seus territórios de invasões. Joel considerou agressiva a ideia de suprimir a tutela de comunidades à revelia de sua vontade e lamentou que nenhuma opinião indígena estava sendo considerada pelos tecnocratas do governo (Delegado [...], 1978).

No início de 1979, com a sucessão de Geisel por Figueiredo, os planos para a emancipação foram suspensos temporariamente. Em fevereiro, o novo presidente da Funai, o engenheiro Adhemar Ribeiro da Silva, anunciou que esse assunto ficaria para depois, pois a prioridade do momento seria “fazer a

³ Essa meta não foi cumprida em 1978. Reeditada no texto da Constituição Federal de 1988, ela deveria ter alcançado o seu objetivo em 1993, mas fracassou novamente. Na verdade, grande parte das Terras Indígenas de ocupação tradicional estão pendentes de regularização até hoje.

demarcação das terras e garantir a sua inviolabilidade” (Emancipação [...], 1979, p. 8).

A operação dos PDCs

Em 1977, a Funai possuía na reserva Taunay-Ipegue dois postos indígenas com jurisdições bem delimitadas. Na parte mais ao sul ficava o posto Taunay, que administrava uma área de 3,337 hectares com uma população pouco inferior a mil e quinhentos indivíduos. Aproximadamente quarenta por cento desse perímetro era preenchido por solos próprios para o cultivo. Restavam ali algumas franjas de cobertura florestal bem preservadas, embora o estado geral da vegetação e da fauna estivesse bem degradado. A Funai esperava plantar ali, inicialmente, oitenta e oito hectares e meio de feijão em glebas descontínuas, em que quatrocentas e onze pessoas trabalhariam em revezamento. Previam-se que pouco mais de um quarto da força de trabalho masculina local fosse empregada no projeto. Esperava-se colher na primeira safra oitenta e oito toneladas e meia de feijão. A jurisdição do posto Ipegue abarcava um perímetro de 3,037 hectares. Seu terreno tinha muitas pedras e um solo mais árido, porém, existiam diversos enclaves de terras agricultáveis. Nesta parte seria tocado um projeto para plantar feijão em uma só lavoura extensa de 30 hectares, na qual se engajariam cento e cinquenta e sete trabalhadores, na expectativa de obterem safras anuais de trinta toneladas (Brasil, 1977).

Da mão de obra que se engajou de imediato nos projetos da Funai, metade do contingente era composto por trabalhadores indígenas que prestavam serviços esporádicos em propriedades particulares recebendo diárias irrisórias. Somente os demais cinquenta por cento é que até então tocava plantações próprias, em escala modesta. Na redação do projeto de planejamento das ações que seriam desenvolvidas em 1977, a agência indigenista sinalizava que o fomento estatal seria provisório, porém, não informou quando ocorreria a diminuição e a paralisação definitiva do apoio prestado (Brasil, 1977).

Embora os planos da Funai para a expansão dos PDCs em todas as regiões do Brasil fossem ambiciosos, o presidente da entidade admitia que o orçamento que dispunha era acanhado. Ainda assim, nos anos subsequentes, a fundação conseguiu levar para as demais áreas terena os projetos de lavoura mecanizada. Os ganhos auferidos seriam revertidos na compra de insumos a serem aplicados na safra do outro ano. O chefe de posto ficava incumbido de coordenar o projeto *in loco* e o técnico agrícola designado cuidava da capacitação da mão de obra e do repasse de orientações (Brasil, 1978).

Assim sendo, não eram os próprios representantes da comunidade que gerenciavam as ações e deviam a palavra final.

Em setembro de 1977, Jair de Oliveira fez uma avaliação positiva dos resultados que os projetos implantados recentemente vinham surtindo. A situação econômica das aldeias, a seu ver, depois de muito tempo de penúria, começava a melhorar. O parlamentar municipal dizia que somente a partir do começo da gestão de Ismarth, dois anos antes, é que a Funai

passara a dar uma atenção mais efetiva para os Terena no tocante às atividades produtivas. A avaliação dele era a de que naquele momento todas as comunidades de sua região estavam se beneficiando. A assistência educacional também havia sido ampliada e se tornado mais constante após a visita de Geisel. Três máquinas agrícolas haviam sido compradas, e elas permitiram o desmatamento, a aragem e o gradeamento do solo. Nesse cenário, relatava Jair, o indígena estaria trabalhando na lavoura até tarde da noite, “porque o que faltava para ele, mesmo, era essa mão, essa assistência, mesmo que fosse pouca” (Oliveira, J., 1978, p. 169).

Já o antropólogo Gilberto Azanha avalia que os PDCs beneficiaram somente alguns poucos produtores locais e, ao longo dos cinco primeiros anos, “serviram como uma espécie de capital inicial gratuito para a introdução da ‘revolução verde’ no universo das reservas Terena” (Azanha, 2000, p. 28).

De acordo com o historiador Wanderley Cardoso (2004), na reserva de Limão Verde, nos primeiros anos de operação dos PDCs, as comunidades se animaram com os resultados. Emergiu, de fato, uma sensação de melhora nas condições de existência. A introdução do pacote tecnológico, todavia, ocasionou uma reorganização das formas de trabalho e reformulou a relação dos indígenas com a terra. O agrônomo Tércio Fehlauer reconhece que a incorporação do trator facilitou a preparação do solo e proporcionou condições de cultivar espaços mais amplos como forma de contrabalançar a escassez territorial. A possibilidade de desenvolver plantios sequenciais em um mesmo terreno aumentou a produtividade média de cada família, mas também ocasionou percalços (Fehlauer, 2004).

Os efeitos negativos não demoraram a aparecer. O biólogo Leosmar Antônio descreve que os produtores terena, depois de serem induzidos por agentes estatais a aderir à aplicação de intensivos químicos e pesticidas, se deram conta de que isso resultou em prejuízos econômicos, ecológicos e culturais. O sistema adotado desconsiderava o calendário agrícola costumeiro e o cultivo das sementes tradicionais, além de acelerar o desgaste do solo e trazer danos às nascentes dos cursos d’água e vegetação das encostas. Os indígenas passaram a depender constantemente de recursos da Funai para o preparo da terra e a obtenção de sementes, que foram escasseando com enfraquecimento institucional da fundação ao longo do tempo. Para piorar a situação, houve um decréscimo do valor dos grãos no mercado mundial (Antônio, 2016a).

Com o direcionamento da economia indígena para o mercado, “as comunidades localizadas no município de Miranda, por exemplo, perderam praticamente toda a variedade de sementes nativas cuidadosamente guardadas até então” (Azanha, 2005, p. 22). Nesse contexto, o número de praticantes da agricultura tradicional foi reduzindo, mas não acabou por completo.

De acordo com o agrônomo Claudionor Miranda, anciãos da reserva de Nioaque, na década de 2000, se ressentiam ao lembrarem da adoção da inovação tecnológica, pois nos tempos da ditadura os conhecimentos tradicionais foram atropelados pelo receituário desenvolvimentista. Ainda assim, algumas pessoas na comunidade conseguiram conservar e transmitir alguns saberes ancestrais “como as formas tradicionais de selecionar as

sementes nas lavouras para o plantio, os sistemas de armazenamentos, e a época correta do plantio de cada cultura, tomando sempre em consideração as fases da lua e os tipos de ventos” (Miranda, 2006, p. 97).

Cardoso criticou que, em Limão Verde, os projetos que a Funai introduziu não se preocuparam em ouvir os moradores no tocante a sua concepção de sustentabilidade, tampouco valorizaram o potencial de suas técnicas próprias de produção e conservação ecológica. A insistência nos monocultivos fez com que o plantio tradicional e a criação de animais pequenos fossem deixados de lado, empobrecendo assim a dieta da população; o desflorestamento e as queimas de vegetação, realizadas de forma imprópria e sem a supervisão de especialistas ambientais, afetaram a qualidade do solo e contaminaram o córrego mais importante que servia à comunidade (Cardoso, 2004).

A exploração constante do solo, sem pousio, gerou erosão e compressão. Ocorreu o empobrecimento dos nutrientes e o alastramento de ervas daninhas (Miranda, 2006). Usando seus conhecimentos tradicionais, quando a produtividade do milho e do feijão começava a declinar, os Terena substituíam esses plantios pelas culturas de batata-doce, mandioca, maxixe e outras espécies que prosperavam melhor em uma terra já não tão fértil (Azanha, 2000). Com a modificação da dieta, novas doenças emergiram (Antônio, 2016). Em decorrência desses problemas todos, o êxodo para o meio urbano se aprofundou, mas não foi capaz de aliviar a carência econômica da maioria das famílias.

Na venda dos alimentos, ficava difícil para os indígenas rivalizarem com os produtores mais aquinhoados, pois estes, usando tecnologia de ponta e contratando poucos funcionários davam conta de fornecer aos compradores produtos de boa qualidade a preço reduzido. Os projetos das aldeias, além de contarem com fatores de produção mais precários, ainda tinham que proporcionar renda para dividir entre centenas de famílias, sendo assim pouco lucrativos.

Outro problema era a falta de galpões para armazenar a produção, o que forçava os indígenas a venderem a safra logo em seguida à colheita para os alimentos não estragarem. Por consequência, os aldeões não conseguiam estocar os produtos para comercializarem quando os preços entravam em alta. Ano após ano, os indígenas foram vendo os valores encolherem.

As dificuldades, portanto, persistiam afetando os Terena após a passagem de Geisel por suas terras. Em julho de 1981, representantes das aldeias Água Branca, Bananal, Cachoeirinha e Lagoinha se queixavam de que os indígenas ainda dependiam do trabalho eventual nas fazendas e reivindicavam a regularização e a demarcação das terras tradicionais daquela etnia e a prestação adequada de assistência nas áreas de saúde e educação (Povos [...], 1981).

Em fevereiro de 1982, Domingos Marcos denunciou que seu povo estava vivendo uma situação de penúria, enfrentando fome, desnutrição infantil e doenças, sofrendo ainda com a falta de atendimento médico regular. Também se queixou da pouca quantidade de terras agricultáveis nas reservas, frisando que em Taunay-Ipegue a proporção era inferior a meio hectare por família (Abraham, 1982). Dias depois, o dirigente máximo da Funai, coronel Paulo Moreira Leal, recebeu em seu gabinete uma comitiva

de lideranças da mesma reserva, que foram pedir mais investimentos para a agricultura. Na ocasião, lamentaram que os PDCs não estavam beneficiando quatro segmentos de aldeias daquela área, onde as famílias vinham cultivando com dificuldades pequenas quantidades de arroz, feijão e milho, por iniciativa própria, sem o apoio da delegacia regional do órgão (Terenas [...], 1982).

O jornal *Correio do Estado* relatou, em setembro de 1983, que na área urbana de Campo Grande viviam mais de mil famílias terena, grande parte em favelas ou habitações precárias, estando as pessoas adultas desempregadas ou vivendo de bicos, sem contar com praticamente nenhuma assistência da Funai (Desassistidos [...], 1983, p. 4).

Em fevereiro de 1984, a Funai anunciou uma parceria com a Empresa de Serviços Agropecuários de Mato Grosso do Sul (Agrosul) para o atendimento às comunidades Terena de Miranda e Aquidauana. O convênio previa a realização de preparo do solo, fornecimento de fertilizantes, entrega de sementes e outros insumos, orientação para a comercialização de alimentos e estocagem da produção. Cerca seiscentas famílias seriam favorecidas com a incorporação de uma área de aproximadamente trezentos hectares de novas terras agricultáveis (Agrosul [...], 1984). De acordo com um técnico da Funai, a área plantada nos postos indígenas em Mato Grosso do Sul havia dobrado de dimensões entre 1978 e 1984. Para a safra 84/85, seriam instalados mais vinte projetos em dezoito postos, que aumentariam a área plantada em vinte por cento. Para tanto, estava sendo providenciado o desmatamento de mil e duzentos hectares ainda inexplorados (Cresce [...], 1984). Mas isso ainda não era o suficiente para garantir a independência econômica. As reclamações das lideranças continuaram.

A decadência orçamentária pela qual passou a Funai, a partir de meados dos anos 1980, representava um entrave para o cumprimento de suas missões institucionais. Nas aldeias, os recursos foram minguando. À medida em que o maquinário apresentava problemas mecânicos, o conserto não era providenciado de imediato, o óleo combustível e os insumos já não eram fornecidos com tanta regularidade (Baltazar, 2022). Devido aos atrasos frequentes nos repasses, que comprometiam o manejo das lavouras no tempo certo, alguns agricultores decidiram buscar empréstimos em instituições bancárias. Em função dos juros altos, parte deles ficou endividada (A arapuça [...], 1982).

Carvalho (2008) registrou, em meados dos anos 1980, que a produção agrícola interna, como regra, não tornara as famílias terena autossuficientes. A maior parte dos homens saía para a lida nos canaviais por temporadas de até três meses. O montante principal do orçamento doméstico provinha dessa atividade. As mulheres, por sua vez, contribuíam com a renda doméstica ao comercializar nas cidades os alimentos colhidos nas roças familiares. Na área da saúde, a assistência permaneceu precária, faltando equipamentos, infraestrutura adequada, medicamentos, quantidade de profissionais e treinamento para estes.

Segundo pesquisadores da Universidade Estadual Paulista, na aldeia Moreira, em Miranda, a quantidade de terras para o plantio era quase inexistente. Ali, moradores descreviam um quadro sério de desnutrição

infantil, má qualidade da água e precariedade das instalações sanitárias, o que resultava na grande incidência de doenças (Carvalho *et al*, 1984).

Em julho de 1984, representantes de Taunay-Ipegue endereçaram uma missiva à Funai requerendo a anulação dos trabalhos de aviventação feitos com base na delimitação procedida por Rondon, em 1904, alegando que a terra de ocupação tradicional indígena não fora considerada em sua totalidade, o que comprova que os Terena tinham consciência de que a maior parte de seu território fora usurpado e que eles nunca abandonaram o interesse em ocupar o seu conjunto (Eloy Amado, 2020).

Azanha (2000) atestou que a documentação cartorial de três propriedades rurais nos arredores de Taunay-Ipegue respeitadas pela delimitação procedida por Rondon tinha indícios de ilegalidade na apropriação fundiária. Esse antropólogo calculou que, no início do século XXI, cada família terena em Mato Grosso do Sul ocupava em média nove hectares, proporção bem inferior aos módulos rurais mínimos doados para assentados da reforma agrária na região. O pedaço médio de chão efetivamente cultivado pelos indígenas, porém, seria bem menor (menos de um hectare), devido à falta de condições financeiras para custear a aquisição de combustível e pagar diárias de tratoristas. A maior parte dos homens permanecia trabalhando exclusivamente com a lavoura, sem, contudo, conseguir extrair dessa atividade uma renda suficiente para bancar as despesas da família ao longo do ano todo, o que fazia o orçamento doméstico depender muitas vezes das pensões dos aposentados.

A expansão da área plantada nas aldeias era algo de difícil consecução, pois esbarrava com frequência na resistência do conselho de lideranças em autorizar novas derrubadas, “devido ao risco de ficarem sem matas, necessárias para a reserva de lenha, material para artesanato e fonte de remédios” (Azanha, 2000, p. 30).

As dificuldades encontradas para ampliar o plantio estavam fazendo com que um bom número de rapazes recém ingressos na vida adulta adiasse seus planos matrimoniais (Azanha, 2005). Mais grave ainda é a constatação do indigenista Jorge Vieira, na década de 2000, sobre o que estaria acontecendo na Terra Indígena Cachoeirinha, onde “A falta de condição de realização pessoal e enquanto grupo étnico, agravado pela falta de terra e pelo desemprego, tem levado parte significativa de jovens a envolver-se com droga e violência em decorrência da desilusão” (Vieira, 2004, p. 92).

A gravidade das consequências sociais e ecológicas da operação por décadas da agricultura mecanizada voltada para a comercialização sinaliza a urgência em tratar da questão do desenvolvimento local nas comunidades Terena.

Considerações finais

No fim das contas, a política indigenista do período ditatorial fracassou no objetivo de estancar o êxodo dos Terena para fora das reservas e, contraditoriamente, manteve as comunidades na situação de dependência econômica, redundando em aprofundamento da pobreza e degradação das condições de existência. O poder tutelar exercido pelo Estado de forma

colonialista ensejou relações econômicas de subalternidade, que culminaram na imputação aos Terena de estigmas de inferioridade racial. Entretanto, os indígenas, não estando passivos nesse processo, acionaram cotidianamente, dentro de suas capacidades, estratégias de negociação e de resistência, ora mais diplomáticas ora mais contundentes.

Agentes governamentais erraram ao pensar que a migração massiva dos Terena para a cidade dissolvia a coesão étnica do grupo. Segundo Brandão (1986), esse fenômeno não comprometeu a distinção em relação aos não índios, não ensejou o rompimento de laços dos emigrados com as aldeias de origem, que eram visitadas sempre que possível, especialmente nas ocasiões festivas. Conforme o autor,

[...] os Terena realizam a saída da comunidade da aldeia de tal modo que ela parece antes provocar uma reorganização de relações e sentimentos comunitários. Os índios urbanizados: 1) reorganizam na cidade linhas de relações com outros índios, sobretudo com os seus parentes; 2) não deixam - a não ser em casos de exceção - de sentir-se e afirmar-se como índios e como terenas. Às vezes parecem fazer isso até mais do que os índios aldeados (BRANDÃO, 1986, p. 114-115).

A educadora Elisângela Nascimento observa que os Terena, depois de séculos de convivência com a sociedade brasileira e da adoção de muitos de seus costumes, não se incorporaram em absoluto a ela. O que de fato aconteceu foi que os indígenas “se apropriaram de novos conhecimentos e os ressignificaram usando-os como mecanismos de diálogo, negociação e alianças políticas, características que são entendidas como táticas de resistência e sobrevivência” (Nascimento, 2021, p. 197-198).

Entre os Terena atuais é praticamente unânime a opinião de que o elemento que poderia ter proporcionado melhor qualidade de vida para o seu povo desde o passado seria a ampliação de suas terras demarcadas. A necessidade de domínio de uma área mais vasta se fundamenta na cosmologia própria e no modo de ser da cultura nativa, pois

O conceito de terra para os Terena remete à noção de uma determinada porção do espaço geográfico, com diversas características físicas, naturais e espirituais de onde se encontram. *Poke'é* é o lugar historicamente de onde vieram os Terena; por isso, terra e território significam, na cosmovisão indígena: lugar de plantio, local de moradia, local de sociabilidade Terena, lugares espirituais, local mítico de demarcação do lugar de nascimento e de morte, local de iniciação xamânica, sustentabilidade indígena, escola de transmissão de conhecimentos tradicionais, entre outros sentidos (BALTAZAR; FIALHO, 2022, p. 131).

Ainda que a terra sob o controle dos indígenas seja aumentada, estes ainda precisarão do apoio do Estado a iniciativas econômicas que possam majorar a sua qualidade de vida. Isso significa que a assistência não pode ser

interrompida e nem pensada como algo voltado necessariamente para dar lucro.

As novas ações governamentais devem estar em sintonia com as premissas do etnodesenvolvimento, que tem os seguintes princípios basilares:

objetivar a satisfação de necessidades básicas do maior número de pessoas em vez de priorizar o crescimento econômico; embutir-se de visão endógena, ou seja, dar resposta prioritária à resolução dos problemas e necessidades locais; valorizar e utilizar conhecimento e tradição locais na busca da solução dos problemas; preocupar-se em manter relação equilibrada com o meio ambiente; visar a auto-sustentação e a independência de recursos técnicos e de pessoal e proceder a uma ação integral de base, [com] atividades mais participativas (STAVENHAGEN, 1984 *apud* AZANHA, 2002, p. 31).

Nessa perspectiva, os projetos voltados para o atendimento dos povos indígenas, para serem sustentáveis, conforme o que detectou Azanha (2002), precisam promover a ampliação do contingente da população através da segurança alimentar; a elevação dos índices de escolaridade com o ensino bilíngue; a autonomia financeira das comunidades em relação ao mercado, com liberdade para captar recursos e gerando condições de adquirir os bens necessários obtidos fora; e, o protagonismo indígena nas relações com as representações estatais, com efetivo controle dos processos.

O antropólogo Paul Little considera que o componente principal do etnodesenvolvimento é a autonomia cultural, que, para os sujeitos afetados, “implica ter uma participação direta nas decisões sobre o destino dos recursos naturais contidos no seu território e [...] controle sobre os recursos culturais do grupo (língua, organização social, práticas tecnológicas, etc.)” (Little, 2002, p. 41).

Tais objetivos estiveram longe de serem alcançados pelos projetos desenvolvidos pela Funai entre os Terena no regime ditatorial e nas décadas subsequentes. Com o passar dos anos, a insegurança alimentar se agravou, as saídas de indígenas das reservas se acentuaram, muitas pessoas das gerações mais jovens nem sequer aprenderam a se expressar no idioma materno, os serviços públicos nas aldeias continuaram falhos, as necessidades de consumo de bens produzidos fora não foram sanadas e a autonomia cultural foi obstaculizada pelo órgão tutor.

A experiência aqui analisada nos leva a concordar com o antropólogo Cristhian Teófilo da Silva em sua conclusão de que a situação de pobreza que acomete os povos originários não deriva de características intrínsecas às suas visões de mundo, nem advém de algum tipo de atraso cultural ou da incapacidade de incorporar tecnologias sofisticadas e ideologias modernas. A miséria, na verdade, emerge “dos processos que produzem a desigualdade reiteradamente através da expropriação territorial, da segmentação étnica do mercado de trabalho e da subsequente superexploração dos trabalhadores étnica e racialmente subordinados no âmbito do capitalismo” (Silva, 2018, p. 71).

Maquinários e intensivos modernos continuam sendo usados na lavoura por muitos Terena, porém, nas últimas décadas cresceu entre esse povo a percepção de que esse modelo não atende a contento às especificidades culturais locais. Novais (2021) salienta que lideranças étnicas ultimamente têm buscado junto aos órgãos governamentais subsídios para projetos de reflorestamento, capacitação de agentes ambientais e agroflorestais indígenas e a instituição de viveiros com espécies nativas e medicinais que correm perigo de extinção.

A Funai, nas últimas décadas, através do projeto Gestão Ambiental e Territorial Indígena (GATI), vem fomentando entre os Terena práticas agroecológicas e a elaboração e atualização de planos de gestão ambiental e territorial (Siqueira Júnior, 2016). Nesse espectro, merece destaque a parceria com a Organização Caianas, gerida por moradores da Terra Indígena Cachoeirinha. Em sua página na internet, essa entidade anuncia promover ações como revitalização de nascentes e solos deteriorados; cultivos em sistemas agroflorestais; recuperação e catalogação de variedades de sementes tradicionais; promoção de palestras sobre agricultura tradicional em escolas indígenas; organização de cursos de capacitação; cultivo e distribuição de mudas; publicação de materiais educativos entre outras (Organização Caianas, 2024).

Há quem aposte nesse caminho para as políticas de desenvolvimento que possam impulsionar o bem-estar da população terena no futuro.

Referências bibliográficas

A ARAPUCA do financiamento. Porantim, n. 44, Brasília, p. 16, out. 1982.

ABRAHAM, Denise. **Terenas vivem em desespero.** Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Nacional, p. 4, 15 fev. 1982.

AGROSUL faz trabalho em área indígena. Correio do Estado, Campo Grande, p. 7, 2 fev. 1984.

ANTONIO, Leosmar. **Refletindo sobre o conhecimento agrícola tradicional terena e as transformações nas formas de produção.** In: ANTONIO, Leosmar; SANT'ANA, Graziella Reis de; MELO, Aislan Vieira de (org.). O curso Agricultor Agroflorestral na promoção da autonomia Terena. Brasília: FUNAI, p. 32-37, 2016.

ANTONIO, Leosmar. **As Terras Indígenas Terena: Cachoeirinha, Lalima e Taunay-Ipegue.** In: BENITES, Eliel *et al.* Núcleo Regional Pantanal/Cerrado: A experiência do Projeto GATI em Terras Indígenas. Brasília: IEB, p. 24-25, 2016a.

AO ENCONTRO do índio. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 2, 1 mai. 1977.

AZANHA, Gilberto. **Relatório circunstanciado de identificação e delimitação das Terras Indígenas Buriti, Cachoeirinha e Taunay/Ipegue.** São Paulo, 98p., 19 abr. 2000.

AZANHA, Gilberto. **Etnodesenvolvimento, mercado e mecanismo de fomento: possibilidades de desenvolvimento sustentado para as sociedades indígenas no Brasil.** In: SOUZA LIMA, Antônio Carlos; BARROSO-HOFFMANN, Maria (org.). Etnodesenvolvimento e políticas públicas: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Laced, p. 29-37, 2002.

AZANHA, Gilberto. **Sustentabilidade nas sociedades indígenas brasileiras.** Tellus, Campo Grande, v. 5(8/9): 11-28, abr./out. 2005.

BALTAZAR, Paulo. **Geografiana oyoé têrenoe ya poke'exake toné Yoko ipéakaxoti / Geografia das afetividades no território indígena Taunay/Ipegue.** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD, Dourados, MS, 2022.

BALTAZAR, Paulo; FIALHO, Celma Francelino. **Poké'exa úti - vípuxovoku: território - aldeia Bananal.** Espaço e Tempo Midiáticos, Palmas, v. 5, n. 2, p. 126-137, 2022. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/midiaticos/article/view/14775/20375>>. Acesso em: 09 mai. 2024.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL. **Lei nº 6.001.** Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Congresso Nacional: Brasília, 19 dez. 1973.

BRASIL. Notícias. **Atualidade Indígena**, Brasília, Funai, ano 1, n. 1, p. 64, 1976.

MAURO, Victor Ferri. Os Terena e os projetos de desenvolvimento comunitário em uma conjuntura do regime ditatorial. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 38-66, mai./ago. 2025.

BRASIL. **A comunidade Terena: referências.** Brasília: Funai, 1977.

BRASIL. **Projeto Taunay.** Brasília: Funai, 1978.

CÂMARA MUNICIPAL DE AQUIDAUANA. **Parecer nº 03/77 – Comissão de Justiça.** Aquidauana, 2 mar. 1977.

CARDOSO, Wanderley Dias. **Aldeia indígena de Limão Verde: escola, comunidade e desenvolvimento local.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, 2004.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Terena.** In: VIDAL, Lux (org.). A questão da emancipação. São Paulo: Global, p. 55-58, ago. 1979.

CARVALHO, Fernanda S. **Koixomuneti: xamanismo e prática de cura entre os Terena.** São Paulo: Terceira Margem, 2008.

CARVALHO, Sílvia *et al.* Relatório da estadia do G.E.I. Kurumin no Mato Grosso do Sul em setembro/84. **Terra Indígena**, Araraquara, ano III, n. 28, p. 8-30, set. 1984.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório do VII Encontro Regional da Pastoral Indigenista.** Aquidauana, 19p., 20-23 mai. 1975.

CONCLUÍDA demarcação da reserva xavante. Correio do Estado, Campo Grande, p. 5, 11-12 set. 1976.

COSTA, Heloisa Doyle. **Terenas: paz com os brancos em mais de um século de contato.** O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 6, 28 fev. 1977.

CRESCE em 50% área agrícola dos indígenas. Correio do Estado, Campo Grande, p. 8, 23 ago. 1984.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Os direitos do índio: ensaios e documento.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

DELEGADO da Funai prevê reação dos índios à emancipação. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 7, 7 nov. 1978.

DESASSISTIDOS, índios vivem em situação de miséria total. Correio do Estado, Campo Grande, p. 4, 19 set. 1983.

DO CARMO, Vitu. **Geisel: índio não é problema menor.** O Estado de São Paulo, São Paulo, Geral, p. 16, 29 abr. 1977.

ELOY AMADO, Luiz Henrique. **Vukápanavo: o despertar do povo terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político.** Rio de Janeiro: E-papers, 2020.

EMANCIPAÇÃO do índio sai das cogitações da Funai. O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 8, 24 fev. 1979.

EM TAUNAY Geisel é recebido com alegria e até condecorações. Correio do Estado, Campo Grande, p. 11, 29 abr. 1977.

FEHLAUER, Tércio Jacques. **“Conhecimento Indígena” em perspectiva: performance, habilidades e capacidades agrícolas dos Terena da aldeia Limão Verde (Aquidauana-MS).** Dissertação (Mestrado em Agrossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, SC, 2004.

FIALHO, Celma Francelino. **O percurso histórico da língua e cultura terena na aldeia Ipegue/ Aquidauana/MS.** Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, 2010.

FUNAI libera 116 mil para Mato Grosso. Correio do Estado, Campo Grande, p. 5, 3/4 jul. 1976.

GEISEL diz a 2 mil terenas que “índios integram a grande Nação brasileira”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 1º Caderno, p. 13, 29 abr. 1977.

GEISEL assinará este mês projeto de decreto sobre a emancipação dos índios. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, Nacional, p. 15, 9 fev. 1978.

ÍNDIOS terenas pedem mais ajuda ao governo. Correio do Estado, Campo Grande, p. 7, 30 abr. 1977.

ISMARTH verá festa e abandono em SP. O Estado de São Paulo, São Paulo, Geral, p. 24, 19 abr. 1977.

LACERDA, Rosane Freire. **Diferença não é incapacidade: o mito da tutela indígena.** São Paulo: Baraúna, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Integração e utopia.** Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, v. 70, n. 3, p. 165-174, abr. 1976.

LITTLE, Paul Elliot. **Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global.** Tellus, Campo Grande, v. 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002.

LONTRA, Heloisa. **Três mil índios na festa dos Terenas para Geisel.** O Globo, Rio de Janeiro, O País, p. 8, 29 abr. 1977.

MIRANDA, Claudionor do Carmo. **Territorialidade e prática agrícola: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, 2006.

NASCIMENTO, Elisangela Castedo Maria do. **Saberes indígenas e educação ambiental: aprendendo com os Terena da aldeia Lagoinha no município de Aquidauana - Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco - UCDB, Campo Grande, MS, 2021.

NOVAIS, Sandra Nara da Silva. **Oralidade, memória e identidade nas práticas e processos educativos vivenciados no cotidiano indígena Terena.** In: GOMES, Aguinaldo Rodrigues; SILVA, Robson Pereira da. **Estudos Culturais: Identidades Fraturadas, memória cultural e processos diaspóricos.** São Paulo: Edições Verona, 2021.

OLIVEIRA, Jair de. **Depoimento na 15ª Reunião da CPI das Terras Indígenas.** Brasília, 29 set. 1977. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário do Congresso Nacional. Seção 1, Ano XXXIII, Suplemento AO, nº 72. Brasília, 17 de junho de 1978.

OLIVEIRA, Ismarth Araújo de. **Depoimento na 23ª Reunião da CPI das Terras Indígenas.** Brasília, 09 nov. 1977. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário do Congresso Nacional. Seção 1, Ano XXXIII, Suplemento AO, nº 72. Brasília, 17 de junho de 1978.

ORGANIZAÇÃO CAIANAS. **Quem somos.** Disponível em: <<https://caianas.org.br/quem-somos>>. Acesso em: 23 abr. 2024.

OS INVESTIMENTOS da FUNAI no Posto de Taunay. Correio do Estado, p. 3, Campo Grande, 28 abr. 1977.

PEDREIRA, Jessica Lívio. **Implantação de sistemas agroflorestais.** In: ANTONIO, Leosmar; SANT'ANA, Graziella Reis de; MELO, Aislan Vieira de (org.). O curso Agricultor Agroflorestal na promoção da autonomia Terena. Brasília: FUNAI, 2016.

PENTEADO, Yara Maria Brum. **A condição urbana: estudo de dois casos de inserção do índio na vida cidadina.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1980.

POVOS indígenas clamam por justiça. O Mensageiro, n. 11, p. 24-25, Belém, jul. 1981.

RANGEL quer índio emancipado logo. O Estado de São Paulo, Geral, p. 25, São Paulo, 12 out. 1976.

RANGEL Reis defendendo a emancipação das tribos. Jornal da Tarde, São Paulo, 23 mar. 1977.

REIS, Maurício Rangel. **Depoimento na 24ª Reunião da CPI das Terras Indígenas.** Brasília, 10 nov. 1977. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. Diário do Congresso Nacional. Seção 1, Ano XXXIII, Suplemento AO, nº 72. Brasília, 17 de junho de 1978.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Os índios perante o direito.** Ciência e Cultura, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 161-166, fev. 1981.

SILVA, Joana Fernandes. **A integração de povos indígenas através de projetos de desenvolvimento comunitário: a política indigenista da FUNAI em finais dos anos de 1970 e início dos anos 1980.** Tellus, Campo Grande, v. 21, n. 44, p. 227-253, 2021. Disponível em: <<https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/747/783>>. Acesso em: 09 mai. 2024.

SILVA, Cristhian Teófilo da. **Capitalismo dependente e empobrecimento indígena no Brasil ruralista**. Albuquerque, Campo Grande, v. 10, n. 20, p. 69-88, ago./dez. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/6302/6023>>. Acesso em: 09 mai. 2024.

TERENA pretende conseguir tratores. O Globo, O País, p. 10, Rio de Janeiro, 7 nov. 1976.

TERENAS recusam emancipação e pedem mais ajuda ao governo. Correio do Estado, p. 7, Campo Grande, 28 mar. 1977.

TERENAS vão à Funai reivindicar. O Liberal, Belém, 18 fev. 1982.

TRÊS MIL índios na festa dos terenas para Geisel. O Globo, O País, p. 8, Rio de Janeiro, 29 abr. 1977.

SBPC. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. **Antropólogos contra mudança por decreto**. Ciência e Cultura, São Paulo, v. 30, n. 6, p. 735, jun. 1978.

SIQUEIRA JUNIOR, Jaime. **A experiência do Projeto GATI em terras indígenas**. Brasília: IEB, 2016.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. **Desenvolvimento local na perspectiva Terena de Cachoeirinha, município de Miranda/MS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) - Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, MS, 2004.

Recebido em: 10/05/2024* Aprovado em: 06/05/2025* Publicado em: 31/08/2025
